



Governadores dos estados do Sul e do Sudeste durante reunião no sábado (2), em Porto Alegre (RS) Gustavo Hansen/Política Foz

Estados perdem receita, elevam gastos e cortam investimentos

Despesa com pessoal sobe 5%, e redução no ICMS derruba arrecadação

Eduardo Cuccolo

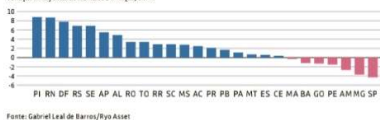
Redução do ICMS derruba arrecadação de estados

SÃO PAULO A redução do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, transporte e telefonia aprovada pelo Congresso Nacional em 2022 derrubou a arrecadação do principal imposto estadual no ano passado, período em que houve corte de investimentos e aumento da maior despesa desses governos: o gasto com pessoal. A receita com o tributo sobre circulação de mercadorias e serviços caiu 3,8% em 2023, considerando dados corrigidos pela inflação. É praticamente o dobro da queda de 7% verificada em 2022, ano marcado pelo início da pandemia. Em 2022, em meio à corrida eleitoral, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou uma lei que fixou um teto para as alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia, transporte e telecomunicações. Esses itens representavam quase 40% do ICMS antes da intervenção patrocinada pelo governo federal. A participação caiu para cerca de 30% no ano passado, segundo dados do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária). O governo Lula (PT) fechou no ano passado um acordo para ressarcir os estados. Muitos governadores também aumentaram as alíquotas sobre outros produtos.

Essas duas ações, porém, não foram suficientes para compensar a perda de arrecadação, que também afeta os municípios, que ficam com 25% do tributo. Nas duas esferas de governo, parte relevante da arrecadação é vinculada à saúde e à educação, que perderam recursos. Na esteira das perdas do ICMS, a receita corrente líquida dos estados caiu 1,8% no ano passado em termos reais (descontada a inflação), segundo dados enviados pelos governadores ao Tesouro. Oito estados, que respondem por 65% da receita total, fecharam o ano no vermelho —entre eles, SP, MG e RJ.

SP, RJ e MG puxam queda da receita líquida em 2023

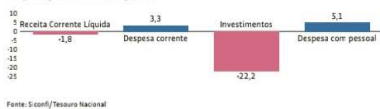
Fonte: Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária)



Fonte: Gabriel Leal de Barros/Ryo Asset

Estados perdem receita, aumentam gasto e cortam investimento

Variação 2023/2022 descontada a inflação, em %



Fonte: Siconfi/Tesouro Nacional

Gasto com pessoal sobe em 25 estados

Variação 2023/2022 descontada a inflação, em %



Fonte: Gabriel Leal de Barros/Ryo Asset

Lula fala em aumento de gastos após melhora na arrecadação

Renato Machado

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) disse nesta quinta-feira (7) que o aumento da arrecadação enseja discussões com o Congresso Nacional para elevar os gastos públicos e que a despesa é para "fazer um acordo com a natureza".

O mandatário afirmou que a economia seguramente vai crescer em 2024, se todos os "bilhões" que foram anunciados por seus ministros nos dois primeiros meses de governo dos governos de Lula e do Sudeste durante reunião no sábado (2), em Porto Alegre (RS).

"Vocês estão percebendo que a arrecadação está aumentando, além daquilo que muita gente espera. Lógico que não temos um limite de gastos, que, quando a gente tiver mais dinheiro, a gente vai ter que discutir com a Câmara e o Senado esse limite de gastos e vamos ver como é que a gente pode utilizar mais dinheiro para fazer mais benefício para o povo", disse.

O presidente participou da cerimônia de divulgação

dos resultados do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Seleções para as áreas de saúde, educação e infraestrutura social. Serão investidos R\$ 23 bilhões nas modalidades que tiveram os resultados divulgados. Foram selecionados 6.700 obras e equipamentos em todos os estados. Segundo o governo, os projetos atingem 95% dos municípios brasileiros.

O presidente também voltou a afirmar que não vai privilegiar aliados na distribuição de fi-

nanciamento para os projetos. "Eu tenho problemas dentro do próprio governo, junto a minha bancada de deputados federais, porque as pessoas ficam sempre dizendo o seguinte: não, você está fazendo uma obra, numa cidade que é governada por um partido diferente, por um partido que não apoia", afirmou.

"Não posso olhar o prefeito e a filiação dele, se bem que é importante analisar isso. Mas não tenho que olhar a necessidade do povo",

Lula também disse que o governo deve fechar um acordo com a Vale para o ressarcimento pelos desastres ambientais que causou. "A Vale está tendo um problema no Pará e em Minas Gerais. Não pagou as despesas que causaram em Ilheus e em Juazeiro do Norte, e agora ela quer pagar o que ela deve ao Espírito Santo, a Minas Gerais, ao povo de Ilheus e a filiação dele, se bem que é importante analisar isso. Mas não tenho que olhar a necessidade do povo",

em meio à tentativa de governo de aumentar sua influência sobre a empresa. Em entrevista na semana passada, disse que a "Vale não é dona do Brasil". "A Vale está tendo um problema no Pará e em Minas Gerais. Não pagou as despesas que causaram em Ilheus e em Juazeiro do Norte, e agora ela quer pagar o que ela deve ao Espírito Santo, a Minas Gerais, ao povo de Ilheus e a filiação dele, se bem que é importante analisar isso. Mas não tenho que olhar a necessidade do povo",

O presidente lançou recentemente uma série de críticas à mineradora, que aconteceu

Além de perder receita, o conjunto dos governos estaduais registrou em 2023 aumento de 3,3% na despesa corrente. Apenas São Paulo e Distrito Federal reduziram gastos.

A rubrica pessoal e encargos subiu 5%, acima da média da despesa total, enquanto os investimentos sofreram retração de 20% no ano pós-eleitoral, sempre considerando dados corrigidos pela inflação.

Muitos estados acabaram avançando no gasto e agora estão colhendo as consequências diante de uma dinâmica de arrecadação que está pior do que no passado recente", afirma Felipe Salto, economista-chefe e sócio da corretora Warren Bena e ex-diretor executivo da IPT (Instituição Fiscal Independente).

Salto foi secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo em 2022, quando o governo federal conseguiu aprovar mudanças no ICMS dos itens considerados essenciais.

Segundo o economista, já havia um prenúncio de que 2023 seria um ano ruim para a arrecadação, e a situação piorou com a compensação federal acima do necessário.

Além disso, nem todos os governadores conseguiram aprovar o aumento no imposto sobre outros itens para tentar manter a carga tributária, movimento que Salto vê como necessário.

Assim como a União está atrás de mais arrecadação, os estados vão precisar recompor receita. Muitos já se anteciparam desde 2022. Outros não elevaram, em razão de custos políticos.

Os números mostram que a despesa cresceu muito acima da receita em 2023, mesmo nos estados em que a arrecadação anula parte de um bom desempenho.

Gabriel Barros, sócio e economista-chefe da Ryo Asset que também foi diretor da Instituição Fiscal Independente, afirma que a arrecadação do ICMS como percentual do PIB está em queda há muitos anos, em razão da perda de participação dos bens em relação aos serviços na economia. As mudanças promovidas em 2022 agravaram o quadro.

Para ele, um reequilíbrio das finanças precisa ser alcançado por ajustes tanto do lado das receitas como das despesas.

Na primeira questão, a reforma tributária já prevê mudanças na tributação de heranças e veículos. Ele destaca também a bilionária renúncia fiscal de ICMS, sem nenhuma avaliação de custo-benefício. Pela despesa, o economista vê a necessidade de uma reforma administrativa.

"A carga tributária já é bastante alta. O espaço para promover novos aumentos é limitado. Vai ter de atacar a despesa. Não tem como não falar de uma reforma administrativa",

Fazenda promete reunião neste mês para discutir dívida

BRASÍLIA O ministro Fernando Haddad (Fazenda) prometeu que fará uma reunião até o fim do mês com os estados para discutir a renegociação da dívida dos entes subnacionais com a União. A simulação

em meio à tentativa de governo de aumentar sua influência sobre a empresa. Em entrevista na semana passada, disse que a "Vale não é dona do Brasil". "A Vale está tendo um problema no Pará e em Minas Gerais. Não pagou as despesas que causaram em Ilheus e em Juazeiro do Norte, e agora ela quer pagar o que ela deve ao Espírito Santo, a Minas Gerais, ao povo de Ilheus e a filiação dele, se bem que é importante analisar isso. Mas não tenho que olhar a necessidade do povo",

Nathalia Garcia

Nathalia Garcia